

E nós... quem vai por nós?

Tem-se visto nos últimos meses presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, falando, pessoalmente e institucionalmente, em nome dos servidores do Judiciário.

A interlocução tem se dado com a presidente Dilma e outros representantes do Governo Federal, na defesa de melhor remuneração para a categoria, como noticiado nos últimos dias pela Folha de São Paulo na notícia intitulada “[STF vai procurar o Governo para reabrir negociação sobre reajuste do Judiciário](#)”.

Aquela notícia foi enviada ao Sinal-BH por um membro da categoria em Belo Horizonte.

Assim como essa, o Sinal-BH tem recebido informações de que a Direção do Banco Central está divulgando informações, por meio de Comitês, líderes estratégicos e grupo de redução de litigiosidade, de que estaria se comprometendo com questões de interesse dos servidores.

Mas ainda que existam notícias institucionais e falas pessoais, os sinais não são claros.

Apesar de se ter notícias, não se tem uma visão límpida de que a cúpula do Banco Central esteja realmente usando parte de seu tempo junto aos interlocutores do Governo a fim de resolver questões como a ação dos 28,86%, causa ganha pelos servidores e não paga pelo Banco Central e a União, que têm buscado ações protelatórias na Justiça, e a equiparação entre Analistas e Procuradores.

E não apenas neste momento de crise: não se tem notícia sobre ação concreta e efetiva sobre essas questões no passado, no presente e nem tampouco perspectiva futura.

Muito menos se tem notícia de que em algum tempo a cúpula do Banco Central tenha defendido que a qualificação e as atribuições de seus servidores justificam que os mesmos estejam junto com as carreiras mais bem remuneradas do Poder Executivo, particularmente como ocorre com os servidores da RFB e da PF.

Os servidores do Banco Central ocupam assim honrosamente o segundo degrau na escala remuneratória do Executivo Federal.

Claro, haver existir uma lacuna de conhecimento neste texto, inclusive sobre a interlocução Diretoria do Banco Central com o Governo, informação muitas vezes sigilosa.

Contudo, o argumento presente neste texto é que não há razões aparentes para que aquela qualificação e os serviços prestados pela instituição apequene os servidores da instituição diante daqueles pares e não há também razões que impeçam a cúpula Administrativa da instituição de se posicionar sobre isso, que em última instância são necessidades corporativas.

Essas questões vão além do momento atual e perduram por longo prazo. Talvez o momento atual seja um momento de uma virada no posicionamento da Administração da autarquia, que coloque líderes estratégicos e operacionais, bem como servidores das diferentes carreiras, do mesmo lado, cada qual com suas atribuições, quando o assunto for a defesa da instituição e de seus servidores, vislumbrando como meta, além da meta institucional atual de defesa do poder de compra da moeda e da solidez do Sistema Financeiro Nacional, a prestação de mais e melhores serviços ao país e aos cidadãos.

O que será que a cúpula do BC pensa sobre essas questões e o que vai fazer junto ao Governo e ao Congresso Nacional pelos servidores e pelo fortalecimento da instituição no curto, médio e longo prazos?

Afinal, chegou a hora da virada?

A questão sobre a até que ponto os próprios servidores da instituição, como categoria, estariam dispostos a se expor na defesa de seus interesses, como têm feito os servidores do Judiciário, fica também em aberto, para ser respondida pelo futuro.

[Filie-se](#) ou envie email de [#sugestão](#) para o Sinal-BH!